

Apresentação

Os Regulamentos da Província Getsêmani foram apresentados no I Capítulo Provincial realizado nos dias 30 de julho a 04 de agosto de 2017 em Ponta Grossa/PR, revisados e aprovados pelo Superior Geral Pe. Joaquin Rego e seu conselho em 02 de julho de 2018 (cf.: Prot.n.2018.159). No II Capítulo Provincial da Província Getsêmani, realizado em Ponta Grossa/PR, de 25 a 29 de outubro de 2021, foram aprovadas algumas reformulações nestes Regulamentos. Essas reformulações dizem respeito aos números 34, § 1, nº 50 e nº 74.

A Província é chamada a cumprir o que determinam os seus regulamentos de tal forma que expresse a maneira peculiar do *ser passionista* no mundo de hoje. Os regulamentos devem nortear nossas ações para que cumpramos a nossa opção em pregar e viver o Evangelho de Jesus Cristo.

São Paulo da Cruz, intercedei por nós!

São Paulo, 30 de agosto de 2023.

2ª Reimpressão



Pe. Leudes Aparecido de Paula
Superior Provincial

REGULAMENTOS DA PROVÍNCIA GETSÊMANI

I. INTRODUÇÃO

1) A Província Getsêmani é parte constitutiva da Congregação da Paixão de Jesus Cristo. Abrange distintas Comunidades: Santa Gema Galgani (Campina Grande – PB), São José e Nossa Senhora das Dores (Rio de Janeiro – RJ); Jesus Crucificado (Porto das Caixas, Itaboraí – RJ); São José (Osvaldo Cruz – SP); São Sebastião (São Carlos – SP); Calvário (São Paulo – SP); Bom Jesus do Cabral (Curitiba – PR); Nossa Senhora do Rosário (Colombo – PR); Santo Dias da Silva (Guaraituba – Colombo – PR); Getsêmani (Ponta Grossa – PR); Pe. Atanásio Vidolin (Guarapuava – PR); São Pedro (Cascavel – PR); Santa Cecília (Santa Cecília – SC); Galileu Nicolini (Pinto Bandeira – RS); Santa Gema (Montevideo – Uruguai); Santa Cruz (Buenos Aires – Argentina); São Paulo da Cruz (Ingeniero Juarez – Argentina); São Paulo da Cruz (Pemba – Moçambique).¹

A instituição da Província Getsêmani se deu pelo Decreto da Cúria Geral que assim determinou: “O 46º Capítulo Geral da Congregação da Paixão de Jesus Cristo, de acordo com o número 104 de nossas Constituições, aprovou o encaminhamento das Províncias CALV (Brasil e Moçambique) e CONC (Imaculada Conceição: Argentina e Uruguai), de constituir-se como uma nova e única Província. O Governo Provincial unitário assumirá suas funções no ano de 2017 com a celebração do Capítulo Provincial. Para atuar a decisão tomada no 46º Capítulo Geral, depois de haver tido o voto deliberativo do Conselho Geral e em conformidade com as normas do Direito Canônico e das nossas Constituições, disponho a união das Províncias CALV (Calvário) e CONC (Imaculada Conceição) numa nova Província, que assumirá o nome de Província Getsêmani (GETH).”²

II. DA COMUNIDADE DE VIDA

2) A primeira expressão da vida na Congregação da Paixão de Jesus Cristo é a Comunidade.

3) O Superior local, observando as normas vigentes para a Congregação e em diálogo com sua Comunidade, determina a melhor maneira de viver a fraternidade em comunhão de oração e apostolado. Permaneça, contudo, intacto o caráter fundamental da Vida Passionista em espírito de corresponsabilidade.

4) As reuniões comunitárias, nas quais participam todos os Religiosos, sejam feitas ao menos uma vez por mês.

5) Exerça-se o cuidado caritativo para com os Religiosos idosos e enfermos.

6) A Clausura se impõe como *modus vivendi* do Passionista. Desta compreensão emergem duas realidades às quais o Religioso deve observar com a máxima estima:

§1. O reconhecimento de que o apostolado realizado junto ao povo nas ocasiões previstas pelas Constituições é um imperativo.

¹ Constituições da Congregação (Const.) 103.

² Decreto Prot. n. 2017.234.

§2. O Religioso Passionista, nesta circunstância, tem como ponto de referência a necessidade de retornar ao estado de solidão religiosa livremente escolhida para, mais perfeitamente, viver sua Consagração a Deus.³

Para manter entre os Religiosos um clima de recolhimento, silêncio, oração e uma busca perfeita de união mística com Deus, o Superior Provincial, de acordo com a Comunidade local, estabelece os quartos dos Religiosos e os corredores adjacentes como lugares de clausura, em cada casa da Província.⁴

O Superior Local zele, com prudência e moderação, pela observância da clausura e pelo acolhimento fraterno e generoso dos visitantes e hóspedes.

7) O Superior Local estude a maneira de possibilitar a cada Religioso o devido descanso semanal.

Tempo de repouso anual e viagens ao Exterior

8) Todos os Religiosos têm direito de usufruir de um período de descanso de 4 semanas anuais.⁵ O local e os gastos sejam condizentes com o estado e a pobreza religiosa e concordados com o Superior Local. O Superior Local, em reunião da Comunidade, planeja as férias de cada Religioso, tendo em conta as necessidades pastorais da casa. Os Missionários “ad gentes” gozem de suas férias de dois meses a cada dois anos.

9) Para os Religiosos em formação, o Formador, de acordo com o Superior Local e com o consentimento do Superior Provincial, planeja o período de um mês de férias dos formandos, tendo presente as orientações do Plano de Formação da Província.

10) A licença para viajar ou permanecer no exterior é dada pelo Superior Provincial, por escrito, ouvido o parecer de seu Conselho.

III. DA COMUNIDADE DE ORAÇÃO

11) O Superior Local, com o consenso do Capítulo Local, estabelece os tempos de cultivo da oração, pessoal e comunitária, como convém aos que professaram os Conselhos Evangélicos de Castidade, Pobreza e Obediência.

12) O Superior Local, com o consenso do Capítulo Local, incluirá na programação comunitária práticas e símbolos adequados para fazer Memória da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, observando aquilo que, segundo nossas Constituições, é próprio e idôneo.

13) O Superior Local, com o consentimento do Capítulo Local, estabelece momentos diários de oração e meditação com destaque à contemplação do mistério da Paixão de Jesus Cristo e a veneração da Virgem Maria.⁶

14) Anualmente todos os Religiosos da Província devem participar dos exercícios espirituais conforme o plano apresentado pelo Superior Provincial e seu Conselho. Os Religiosos que participam dos Retiros organizados pelas Dioceses, ou outros Institutos, não estão dispensados de participarem dos Retiros da Província.

³ Const. 34.

⁴ Regulamentos Gerais (RG.) 15.

⁵ RG. 103.

⁶ Const. 53; RG 23.

Parágrafo Único: os Religiosos enfermos e vulneráveis, incapazes de participarem presencialmente dos retiros espirituais, serão estimulados e ajudados pelo Superior Local a participarem, a modo próprio, dos exercícios espirituais, associando seu sofrimento pessoal à Paixão de Jesus Cristo.

15) A oração é regra de vida de todo Religioso. Para o Passionista é imperativo a observância das formas de oração determinadas pela Igreja àqueles que, na Congregação se consagram a Cristo. No horário da Comunidade, o Superior Local, com o consentimento do Capítulo Local, estabeleça um tempo para a celebração, em comum, da liturgia das Horas, pelo menos, das Laudes e das Vésperas.⁷

16) O Superior Local, com o consenso do Capítulo Local, inclua na programação semanal a celebração da Eucaristia como meio de nortear a vida da Comunidade Passionista, levando em conta a característica específica de sua Comunidade Local. Deve contemplar as festas da Igreja, a adoração eucarística de Cristo e à sua *Passio*, a devida veneração para com a Santíssima Virgem Maria bem como o exercício da *Lectio Divina*.

17) Os princípios elencados acima não exoneram o Passionista de realizar a Meditação pessoal em comum.⁸

18) Toda a vida de oração, norteadas pelos elementos citados acima, visam a mais perfeita vivência da consagração a Deus na Congregação. Esta requer que o Superior Local, ouvido o Capítulo Local, inclua no projeto comunitário retiros mensais, uma confraternização mensal, encontros bienais de formação, reflexão e renovação espiritual para todos os Religiosos da Comunidade que, por sua vez, devem participar ativamente.⁹

19) O jejum e a abstinência fazem parte da vida do Religioso Passionista. Sejam observados em todas as sextas-feiras (exceto quando forem festivas e solenes) e também nas quartas-feiras do tempo da quaresma.¹⁰

20) Os Sufrágios pelos falecidos da Província, além do que é prescrito por toda a Congregação, são os seguintes: A) Uma Missa concelebrada com a participação de toda a Comunidade; B) Uma Missa em cada Comunidade Religiosa pelos pais falecidos dos Religiosos da Província; C) Cada Comunidade Religiosa deve registrar os falecimentos em livros próprios.

21) A notícia do falecimento de um Religioso da Província é comunicada, o quanto antes possível, pelo Superior local ao Superior Provincial e às demais Comunidades Religiosas, também aos Religiosos que vivem fora de nossas Comunidades, aos Mosteiros das Monjas Passionistas e demais Religiosas que estão em comunhão de sufrágios conosco. O Secretário Provincial comunicará a notícia ao Secretário Geral enviando também os dados biográficos do falecido. A notícia do falecimento dos pais de um Religioso é comunicada, com a maior brevidade, pelo Superior local, ao Superior Provincial.

IV. DA COMUNIDADE DE APOSTOLADO

22) Nossas Comunidades hão de cultivar e vivenciar o espírito apostólico. Cada Comunidade Passionista colocará em prática os projetos aprovados no Capítulo Provincial e estará atenta ao espírito de comunhão com a Igreja local.

⁷ Const. 46.

⁸ RG. 24.

⁹ RG. 25.

¹⁰ Const. 59.

23) O Superior Provincial, com o consenso do Conselho Provincial, em diálogo com os Superiores Locais e as Comunidades Religiosas, fará todos os esforços, humanos e materiais, para realizar, com eficiência, as atividades apostólicas próprias da Congregação.

Parágrafo Único: A assunção de um novo compromisso apostólico com uma Diocese ocorrerá mediante o estabelecimento de um convênio canônico entre as partes, por iniciativa do Superior Provincial com o consenso de seu Conselho. Porém os convênios que se refiram a assunção de Paróquias devem ser submetidos e aprovados pelo Superior Geral com o consenso de seu Conselho.¹¹

24) O apostolado da Província se realizará através de ações concretas: conferências, retiros para grupos específicos, missões populares e *ad gentes*, acolhimento em casas de retiro, trabalho social, encontros com jovens e adultos, paróquias e santuários, formação de líderes, presença junto aos crucificados.

25) Tendo presente o espírito da Congregação, os documentos emanados pelo Magistério e as necessidades do povo de Deus, nossos destinatários, tanto a Assembleia Provincial como as Comunidades avaliarão e programarão as atividades apostólicas conservando-se fiel ao Carisma da Congregação e em sintonia com os momentos e circunstâncias atuais.

26) Cada Religioso poderá, segundo as normas da Autoridade Provincial, celebrar ou mandar celebrar missas para si ou para outros, sem receber espórtulas.¹²

27) O Superior Provincial, com o consentimento do seu Conselho Provincial, é instância suficiente para determinar o modo como harmonizar o apostolado pessoal diferentemente daquele exercitado pela Congregação. Quando oportuno, poderá também submeter ao parecer da Assembléia Provincial. Caso sobrevenham dúvidas ou incertezas, essas serão encaminhadas para decisão do Governo Geral.

V. DA FORMAÇÃO PARA A VIDA PASSIONISTA

A) Promoção Vocacional Passionista

28) O Superior Provincial e seu Conselho, observando a *Ratio Formationes* da Congregação e o Plano de Formação da Província, constituirá e nomeará uma Equipe de Formação que trabalhará, de modo subsidiário, com o Governo Provincial e em sintonia com a Configuração de Jesus Crucificado.

29) É dever de todo Religioso Passionista trabalhar para a promoção do Carisma da Congregação. O fará através: da oração, do testemunho de vida, de eventos, de celebrações, de encontros vocacionais locais; da elaboração e divulgação de subsídios vocacionais, impressos e virtuais, e do apostolado ordinário, segundo a índole própria da Congregação.

B) Propedêutico

30) Depois do acompanhamento vocacional mínimo de um ano, o candidato pode ser admitido pelo Superior Provincial, em diálogo com os Religiosos que o acompanharam, colhendo o parecer do Pároco e o parecer da Equipe de Formação, para a etapa do Propedêutico (ou Aspirantado), a fim de realizar a primeira experiência comunitária por, pelo menos, um ano. Observem-se os critérios de admissão: vivência eclesial, abertura para

¹¹ Const. 73; RG. 30.

¹² RG. 16.

a dimensão missionária, sinais de saudáveis relações interpessoais, capacidade intelectual, satisfatória saúde física e mental, dentre outros.

Parágrafo único: Documentos necessários para a admissão do candidato ao Propedêutico:

- a) Certidão de nascimento;
- b) Certidão de batismo e crisma;
- c) Atestado de bons antecedentes.
- d) Declaração de vida sacramental, emitido pelo pároco;
- e) Atestado de saúde;
- f) Atestado de estudos feitos;
- g) Aos que já tiveram experiências em outras Congregações ou Dioceses, será pedida uma carta de apresentação do seu Formador anterior ou do Bispo local.

C) Postulantado

31) A admissão ao Postulantado é feita pelo Superior Provincial, com o consenso de seu Conselho e em diálogo com o Formador da etapa anterior e Equipe de Formação, e ocorrerá após um processo de acompanhamento de, pelo menos, um ano de propedêutico. O Postulantado terá a duração de três a quatro anos. O último ano do Postulantado será considerado como pré-Noviciado e terá uma programação específica. No período do Postulantado, o Candidato se dedica aos estudos acadêmicos, especialmente o curso de Filosofia ou outro correspondente de nível superior desde que atenda as exigências de formação para a Vida Religiosa. Observem-se os critérios contidos no Plano de Formação da Congregação, da Configuração CJC e da Província GETH que ajudem a formar um juízo sobre: a vocação, as aptidões, a índole e a maturidade humanas, psíquicas e afetivas, e religiosas do Postulante para prosseguir o itinerário formativo Passionista.

D) Noviciado Passionista

32) O Noviciado da Congregação Passionista rege-se, acima de tudo, pelo Direito Comum. Obedece também, ao Direito Particular da Congregação e ao Plano de Formação da Configuração de Jesus Crucificado.

33) Para o ingresso do candidato no Noviciado requer-se que tenha a idade mínima de dezoito anos e vivência de, no mínimo, dois anos de Vida Comunitária Passionista. Requer-se para isso: voto consultivo do Capítulo Local da Comunidade do candidato, voto consultivo do Conselho Provincial, parecer consultivo do Formador do Candidato e da Equipe de Formação da Província e, finalmente, a aprovação do Superior Provincial.

E) Votos Temporários e Perpétuos

34) A admissão à Primeira Profissão Religiosa será feita com aprovação do Superior Provincial, com o consenso de seu Conselho, ouvido o parecer do Capítulo Local da Comunidade do Noviciado, do Mestre de Noviços, dos formadores das etapas anteriores e da Equipe de Formadores da Província. O Noviço deve fazer seu pedido de admissão à Primeira Profissão, por escrito, dirigido ao Superior Provincial.

Parágrafo único: A Primeira Profissão Religiosa será por 1 (um) ano. O Religioso de votos temporários, em diálogo com o Superior Provincial, poderá renovar os seus votos, no máximo, por outros três anos.¹³

¹³ Const. 95.

35) Três meses antes do vencimento dos Votos temporários, o Religioso deverá solicitar, por escrito, ao Superior Provincial, a admissão à Profissão Perpétua ou a renovação dos Votos Temporários. É atribuição do Superior Provincial, ouvido o seu Conselho, admitir à renovação dos Votos. É competência ainda do mesmo Superior Provincial, com o consentimento do seu Conselho, admitir à Profissão Perpétua, ouvido o parecer do Capítulo Local da Comunidade do Religioso, do seu Formador, dos Formadores das etapas anteriores e da Equipe de Formadores da Província.¹⁴

Parágrafo único: A Profissão Perpétua será precedida por uma preparação adequada e de acordo com o Plano de Formação da Configuração.

36) A formação dos Religiosos que não aspiram o presbiterato não é diferente da que é dada aos demais candidatos. Ainda no que diz respeito à formação acadêmica, se recomenda que estes Religiosos realizem um curso superior de acordo com as aptidões pessoais em discernimento com a Equipe de Formação da Província e o Conselho Provincial.

F) Do Hábito Passionista

37) O Hábito é um sinal de nossa consagração e o usaremos sobretudo no ministério pastoral.¹⁵

38) A Vestição do Hábito Religioso Passionista será realizada no final do ano de noviciado, no dia da Primeira Profissão.¹⁶

G) Assunção ao Diaconato e Presbiterato

39) Para a admissão aos ministérios eclesiais (Leitorato e Acolitato) requer-se: aprovação do Superior Provincial, ouvido o seu Conselho, o parecer do Capítulo Local da Comunidade do Religioso, do seu Formador, dos Formadores das etapas anteriores e da Equipe de Formadores da Província.¹⁷

40) Para a admissão ao Diaconato e Presbiterato requer-se: aprovação do Superior Provincial, com o consenso de seu Conselho, ouvido o parecer do Capítulo Local da Comunidade do Religioso, do seu Formador, dos Formadores das etapas anteriores e da Equipe de Formadores da Província.

Parágrafo único: Os candidatos ao presbiterato devem ter cursado, no mínimo, dois anos de Filosofia e quatro anos de Teologia.¹⁸

VI. DA FORMAÇÃO PERMANENTE

41) Incentivar o estudo de línguas estrangeiras desde a Formação Inicial e a especialização em alguma área. Esta última, no entanto, se realizará depois da Profissão Perpétua, com o consentimento do Superior Provincial, ouvido o seu Conselho, tendo em conta o projeto geral da Congregação e da Província, os dons e os interesses pessoais que ajudem no desempenho de sua missão em favor do povo de Deus.

¹⁴ Const. 93.

¹⁵ Const. 102.

¹⁶ RG. 48.

¹⁷ Const. 93.

¹⁸ Can. 250; 1032.

42) O Superior Provincial, com seu Conselho, cada ano, promova jornadas de estudo para todos os Religiosos sobre a Teologia da Cruz, Espiritualidade Passionista, sobre os sinais dos tempos e acontecimentos de cada lugar e outros temas de interesse eclesial e da Congregação.

VII. DO GOVERNO DA PROVÍNCIA

43) O organismo máximo de autoridade da Província é o Capítulo Provincial, que se reúne a cada quatro anos. O Capítulo Provincial será convocado, pelo Superior Provincial, por carta circular enviada, seis meses antes, a todos os Religiosos da Província. O Superior Provincial concorde a data do Capítulo Provincial com o Superior Geral, pelo menos 2 anos antes.¹⁹

44) O Capítulo Provincial será precedido por um Pré-Capítulo, que deverá realizar-se, pelo menos, três meses antes do dito Capítulo e convocado pelo Superior Provincial por ocasião da carta de convocação ao Capítulo Provincial.

45) Participam do Pré-Capítulo todos os Religiosos da Província. Com voz ativa e passiva somente os de Votos Perpétuos.

46) Participam do Capítulo Provincial, com voz passiva e ativa, todos os Religiosos Perpétuos que participaram do Pré-Capítulo. Os Religiosos que não possam participar do Pré-Capítulo, mas que desejam participar do Capítulo, devem pedir, por escrito, ao Superior Provincial e seu Conselho a dispensa de participação do Pré-Capítulo para manter o direito de participar do Capítulo. Outros casos especiais serão submetidos à apreciação da Assembleia Capitular, no início da mesma.

47) Nas eleições Capitulares para Superior Provincial e Conselheiros requer-se dois terços dos votos até o terceiro escrutínio e depois bastará a maioria absoluta. Se até o quinto escrutínio ninguém alcançar a maioria absoluta, é eleito quem alcançar a maioria relativa. Em caso de igualdade, é eleito o mais antigo de Profissão Religiosa e, se a mesma tiver sido realizada no mesmo dia, é eleito o mais idoso.

48) A duração do mandato do Superior Provincial é de quatro anos e pode ser reeleito por um igual e imediato período. “Para ser eleito pela terceira e última vez, requerem-se, pelo menos, dois terços dos votos nos três primeiros escrutínios. Do contrário não poderá ser eleito”.²⁰

49) Caso o Ofício de Superior Provincial torne-se vacante, impedido ou removido, assumirá o Governo da Província o Primeiro Conselheiro.

50) O Capítulo Provincial elegerá, além do Superior Provincial, também o Conselho Provincial que será composto por 2 (dois) Conselheiros.

51) Para a eleição dos Conselheiros, o Superior Provincial eleito pode ou não apresentar nomes de Religiosos dentre os quais o Capítulo poderá eleger os Religiosos propostos ou outros. Realizada a eleição dos Conselheiros, o Capítulo elegerá, dentre os dois, quem será o Primeiro Consultor Provincial.²¹ Para os outros Consultores a ordem de precedência baseia-se na data da primeira Profissão Religiosa; em caso de igualdade de Profissão, a precedência será determinada pela data de nascimento.

¹⁹ Const. 149.

²⁰ Const. 151.

²¹ Const. 154.

- 52)** A duração do mandato dos Conselheiros é de quatro anos, podendo ser reeleitos por um único período subsequente.
- 53)** Se, durante o mandato, por qualquer motivo, o cargo de Conselheiro ficar vacante, o Superior Provincial convoca uma Assembleia extraordinária para a eleição de outro Conselheiro. Se ficar vacante o cargo de Primeiro Conselheiro, a Assembleia designará um dentre os Conselheiros. A maioria é a mesma exigida pelas eleições capitulares, conforme o que diz o nº 47 destes Regulamentos Provinciais.
- 54)** A Província é organizada em três “Regiões” e uma “Área”: **Região Sul** (Argentina, Uruguai e Sudoeste do Paraná [Brasil]), **Região Centro** (Sul do Brasil) e **Região Norte** (Sudeste, Nordeste do Brasil e Moçambique). A “Área” corresponde ao SAV (Serviço de Animação Vocacional) e Formação Inicial.
- 55)** Cada Região terá um “Animador” estabelecido pelo Superior Provincial, com seu Conselho, que será responsável por dinamizar a Vida Passionista de sua Região. O Animador será sempre um Conselheiro Provincial.
- 56)** O Animador da Região terá a missão de alentar a vida dos Religiosos segundo o estabelecido pelo Superior Provincial e seu Conselho. Poderá organizar reuniões, retiros e cursos. Facilitará a comunicação através de diversos meios para cultivar a fraternidade e a comunhão. Participará, na medida do possível, das visitas canônicas.
- 57)** O Superior Local e o Vice Superior local são Religiosos, com Votos Perpétuos, eleitos pelo Capítulo Local, por maioria relativa de votos, cujo resultado deverá ser comunicado, por escrito, ao Superior Provincial. Os mesmos serão confirmados ou não pelo Superior Provincial e seu Conselho.
- 58)** O Superior Local, eleito pelo Capítulo Local e confirmado pelo Superior Provincial e seu Conselho, ficará na função por quatro anos.
- 59)** O Superior local coordenará as atividades internas e externas da Comunidade e tem o dever de estimular e guiar a preservação da vida de Comunidade. Ele deve dirigir os Religiosos na solução dos problemas que normalmente surgem dos múltiplos e diversos elementos da Vida Comum.²² Em caso de ausência ou impedimento, o substituto, por direito, é o Vice-Superior local.
- 60)** A eleição do(s) delegado(s) e seu(s) substituto(s) para o Capítulo Geral acontecerá na Assembleia Provincial do ano anterior à celebração do referido Capítulo Geral.
- 61)** As Visitas Canônicas devem ser levadas a cabo pelo Superior Provincial ou alguém delegado por ele e deve abranger toda a vida da Comunidade e seus serviços, estabelecendo um encontro significativo (celebrativo, formativo, de intercâmbio etc.) com as lideranças leigas.²³
- 62)** A Assembleia Provincial, convocada três meses antes, por meio de carta convocatória a todos os Religiosos, tem como objetivo avaliar e planejar as atividades que afetam a vida e a missão da Província. Reúne-se, ordinariamente a cada ano e extraordinariamente quando é convocada pelo Superior Provincial, por sua própria iniciativa, ou pelo pedido de, pelo menos, dois terços dos Religiosos da Província. Pode ser

²² RG. 8.

²³ Const. 152.

feita em grupos menores ou em diferentes áreas geográficas. Todos são chamados a participar.

63) O Capítulo local se reúne sempre que for necessário, de acordo com o direito comum e particular, e dele participam todos os Religiosos da Comunidade, mas, apenas os de Votos Perpétuos têm direito a voto.

64) O Capítulo Local é uma reunião com a participação, com direito de voto, de todos os Religiosos de Profissão Perpétua da Comunidade. Os Religiosos de Votos Temporários podem participar sem direito de voto. Os noviços, com o consenso do Superior e do Formador, podem participar do Capítulo Local, mas sem direito a voto.

65) O Capítulo Local não tem poder colegial.²⁴ É convocado e presidido pelo Superior Local ou, em sua ausência, pelo Vice Superior Local, e dará o voto deliberativo ou consultivo nos casos previstos pelo direito comum ou particular.

66) O Superior Local convoque, em tempo, o Capítulo Local e dê, com antecedência, aos Religiosos a pauta para bem se preparar sobre os assuntos.

67) Para a validade do Capítulo Local, requer-se a presença da metade mais um dos que têm direito de participar.

68) O Capítulo Local é chamado a dar seu consentimento para o Superior Local sobre tudo o que envolve a vida da Comunidade: horário comunitário, celebração comunitária, da eucaristia e da liturgia das horas, projeto comunitário, frequência e métodos para a realização de reuniões comunitárias, revisão de vida, retiros mensais, encontros culturais e similares, atividades pastorais.²⁵

69) O Capítulo Local deve dar seu consenso: na aprovação do relatório a ser apresentado à Assembleia Provincial e nos casos previstos pelos Regulamentos Gerais, nos números 23 e 106.

70) O Capítulo Local dará seu parecer, com votação secreta, para a admissão dos candidatos à Profissão Religiosa e às Ordens Sagradas. Os formandos não participam deste Capítulo.²⁶

VIII. DA ADMINISTRAÇÃO DA PROVÍNCIA

71) A solidariedade entre todos é parte de nossa vida. Se se considera que os bens da Província e das Comunidades que a formam são propriedades da Congregação é então responsabilidade de todos colaborarem, com o trabalho e cuidado dos bens, para que sejam administrados corretamente. Corresponde a cada Comunidade ver a forma concreta de solidariedade com os mais pobres, a exemplo de nosso Fundador.²⁷

72) Os Religiosos buscarão viver de seu trabalho. Cada Comunidade buscará a forma de sua administração econômica, dando testemunho de pobreza, sentindo-se exigida na sua administração econômica e conseguir aproveitar eficientemente os recursos materiais e econômicos. Havendo Religiosos que desempenhem trabalhos remunerados, como também ministérios e doações, salvaguardem-se a comunhão de bens e o correto caminhar da Comunidade.

²⁴ Const. 109; 167.

²⁵ RG. 23; 106.

²⁶ RG. 51.

²⁷ RG. 14; Const. 13.

73) Os bens advindos por herança dos pais ou parentes são considerados propriedade pessoal. A eles não renunciaremos antes dos 50 anos e depois de 15 anos de Profissão Perpétua, com previa opinião do Superior Provincial.²⁸

74) Os Religiosos da Província serão inscritos na Previdência Social de seus respectivos países e o pagamento das cotas ordinárias dessas inscrições será efetuado pelo Economato Provincial mediante recolhimento das contribuições das Comunidades Locais. Conforme decisão do II Capítulo da Província Getsêmani (outubro/2021), os religiosos devem repassar ao Economato Provincial os valores referentes à aposentadoria.

IX. DA PROVÍNCIA E SUAS UNIDADES

75) Constituem entes, contemporaneamente, canônicos e jurídicos da Província:

Para a Argentina: “Associação de Padres Pasionistas”

Para o Uruguai “Comunidade de Padres Pasionistas de Uruguai”

Para o Brasil, “Congregação da Paixão de Jesus Cristo – Província do Calvário”.

76) O registro centralizado da contabilidade será feito de maneira sintética para cumprir com os requisitos legais. As Comunidades manterão o registro da contabilidade de forma analítica em livros próprios para cumprir com as exigências das autoridades locais.

77) No Capítulo Provincial e na Assembleia Provincial, o Ecônomo Provincial e os Ecônomos das Comunidades informarão, por meios adequados, o estado econômico da Província e das próprias Comunidades respectivamente.

78) O Capítulo Provincial e/ou Assembleia Provincial deverão estabelecer valores para a compra e venda de bens de acordo com as leis de cada país, conforme as normas do direito comum e particular.

79) Nenhum Religioso poderá modificar, vender, mudar ou reformar nossas igrejas e nossas casas sem autorização do Superior Local e do Superior Provincial e seu Conselho, ouvindo o parecer consultivo da Equipe de Assessoria de Economia e Administração da Província. Quando se trata de Igrejas Paroquiais unidas às nossas Casas ou Residências se deverá consultar também o organismo de patrimônio artístico da Arquidiocese ou Diocese.

X. DO OFÍCIO DO ECÔNOMO PROVINCIAL E LOCAL

80) A escolha e nomeação do Religioso Passionista para o ofício de Ecônomo Provincial é competência do Superior Provincial, com o consenso do seu Conselho. O Ecônomo Local é nomeado pelo Superior Provincial, com o consenso do seu Conselho, ouvido o Superior da Comunidade.

81) O Religioso, mesmo administrando os bens da Congregação, não adquire o direito sobre os bens da mesma. Não pode registrar em nome pessoal o que pertence à Congregação: bens patrimoniais, contas bancárias ou fazer inversões.

82) É responsabilidade do Ecônomo Provincial:

a) Administração direta dos bens da Província;

b) Elaborar o orçamento anual da Província e apresentá-lo à Assembleia Provincial para a sua aprovação;

c) Preparar o relatório financeiro da Província;

d) Atualizar, a cada quatro anos, o inventário dos títulos de propriedade, objetos preciosos e todos os bens da Província;

²⁸ Const. 15.

- e) Apresentar a contabilidade à Assembleia e, especialmente, ao Capítulo Provincial;
 - f) Enviar anualmente relatório financeiro/econômico à Cúria Geral;
- 83)** É responsabilidade do Ecônomo Local:
- a) Elaborar uma previsão orçamentária anual da Comunidade e apresentá-lo ao Conselho Provincial para a sua aprovação;
 - b) Preparar o relatório econômico da Comunidade e apresentá-lo para a aprovação do Superior local;
 - c) Atualizar, a cada quatro anos, o inventário dos títulos de propriedade, objetos preciosos e todos os bens da Comunidade;
 - d) Apresentar a contabilidade à Comunidade Local em reuniões da mesma.

XI. DO FUNDO PROVINCIAL E DO FUNDO DE SAÚDE

84) O Fundo Provincial e o Fundo de Saúde são formados pelas contribuições das Comunidades Religiosas, pelo aluguel de imóveis e rendas de Colégios, e servem para ajudar nos gastos ordinários do Economato Provincial e nos gastos ordinários da Província e das Comunidades. A quantidade a ser depositada mensalmente no Fundo Provincial e no Fundo de Saúde pelas Comunidades Religiosas é determinada cada ano pelo Superior Provincial, depois de ouvir seu Conselho.

85) O Fundo Provincial manterá as despesas com as Casas de Férias, construídas para uso exclusivo dos Religiosos.

XII. DO OFÍCIO DE SECRETÁRIO PROVINCIAL

86) A escolha e nomeação do Religioso Passionista para o Ofício de Secretário Provincial é da estrita competência do Superior Provincial que poderá, *ad discenimentum suo*, consultar previamente seu Conselho.

87) É competência do Secretário Provincial, em nome do Superior Provincial, a quem está subordinado, manter atualizados:

- a) Anuário atualizado de todos os membros da Província, Professos Perpétuos e Temporários.
- b) Catalogar as funções desempenhadas por cada Religioso.
- c) Manter atualizado o Registro dos convênios celebrados entre a Congregação/Província e as Dioceses.
- d) Chancelar a publicação aos Religiosos da Província dos atos do Governo Provincial e do Governo Geral.
- e) Manter operante a comunicação interna da Província com o fim de informar sobre sua vida e seus trabalhos, utilizando-se de meios idôneos à comunicação na Igreja.

XIII. DO OFÍCIO DE ASSESSOR CANÔNICO

88) Para casos específicos, o Superior Provincial, com o consentimento do seu Conselho, poderá nomear um Assessor Canônico, que terá, por ofício, auxiliar o Governo Provincial na tomada de decisões e encaminhamentos relativos à Província.

Presentación

El Reglamento de la Provincia de Getsemaní fue presentado en el 1º Capítulo Provincial realizado del 30 de julio al 4 de agosto de 2017 en Ponta Grossa/PR, revisado y aprobado por el Superior General P. Joaquin Rego y su consejo el 2 de julio de 2018 (cf.: Prot.n.2018.159). En el II Capítulo Provincial de la Provincia de Getsemaní, celebrado en Ponta Grossa/PR del 25 al 29 de octubre de 2021, se aprobaron algunas reformulaciones de este Reglamento. Estas reformulaciones se refieren a los números 34, § 1, n° 50 y n° 74.

La Provincia está llamada a cumplir lo que determinan sus reglamentos de tal manera que exprese el modo particular de ser Pasionista en el mundo de hoy. Los reglamentos deben guiar nuestras acciones para que cumplamos con nuestra opción de predicar y vivir el Evangelio de Jesucristo.

San Pablo de la Cruz, ¡intercede por nosotros!

San Pablo, 30 de agosto de 2023.
2ª reimpresión



P. Leudes Aparecido de Paula
Superior Provincial

REGLAMENTOS DE LA PROVINCIA GETSEMANÍ

I. INTRODUCCIÓN

1) La Provincia Getsemaní es parte constitutiva de la Congregación de la Pasión de Jesucristo. Y está integrada por diferentes comunidades: Santa Gema Galgani (Campina Grande – PB), San José y Nuestra Señora de los Dolores (Rio de Janeiro – RJ); Jesús Crucificado (Porto das Caixas, Itaboraí – RJ); San José (Osvaldo Cruz – SP); San Sebastián (São Carlos – SP); Calvário (São Paulo – SP); Bom Jesús do Cabral (Curitiba – PR); Nuestra Señora del Rosario (Colombo – PR); Santo Dias da Silva (Guaraituba – Colombo – PR); Getsemaní (Ponta Grossa – PR); Santa Cruz (Guarapuava – PR); San Pedro (Cascavel – PR); Santa Cecília (Santa Cecilia – SC); Galileu Nicolini (Pinto Bandeira – RS); Santa Gema (Montevideo – Uruguay); Santa Cruz (Buenos Aires – Argentina); San Pablo de la Cruz (Ingeniero Juárez – Argentina); San Pablo de la Cruz (Pemba – Mozambique).²⁹

Fue constituida Provincia Getsemaní por Decreto de la Curia General que así determinó: "El 46º Capítulo General de la Congregación de la Pasión de Jesucristo, de acuerdo con el número 104 de nuestras Constituciones, aprobó la unión de las Provincias CALV (Brasil y Mozambique) y CONC (Inmaculada Concepción: Argentina y Uruguay), para constituirse como una nueva y única Provincia. El Gobierno Provincial unitario asumirá sus funciones en el año 2017 con la celebración del Capítulo Provincial. Para actuar la decisión tomada en el 46º Capítulo General, después de haber tenido el voto deliberativo del Consejo General y de conformidad con las normas del Derecho Canónico y de nuestras Constituciones, dispongo la unión de las Provincias CALV (Calvario) y CONC (Inmaculada Concepción) nueva provincia, que llevará el nombre de la provincia Getsemaní (GETH)."³⁰

II. DE LA COMUNIDAD DE VIDA

2) La primera expresión de la vida en la Congregación de la Pasión de Jesucristo es la Comunidad.

3) El Superior local, observando las normas vigentes para la Congregación y en diálogo con su Comunidad, determina la mejor manera de vivir la fraternidad en comunión de oración y apostolado. Sin embargo, permanece intacto el carácter fundamental de la vida pasionista en espíritu de corresponsabilidad.

4) Las reuniones comunitarias, en las que participan todos los Religiosos, se harán al menos una vez al mes.

5) Se ejerce el cuidado caritativo hacia los religiosos ancianos y enfermos.

6) La Clausura se impone como *modus vivendi* del Pasionista. De esta comprensión emergen dos realidades a las que el Religioso debe observar con la máxima estima:

§ 1. El reconocimiento de que el apostolado realizado junto al pueblo en las ocasiones previstas por las Constituciones es un imperativo.

§ 2. El Religioso Pasionista, en esta circunstancia, tiene como punto de referencia la necesidad de retornar al estado de soledad religiosa libremente escogida para, más perfectamente, vivir su Consagración a Dios.³¹

²⁹ Constituciones da Congregación (Const.) 103.

³⁰ Decreto Prot. N. 2017.234

³¹ Const. 34.

Para mantener entre los Religiosos un clima de recogimiento, silencio, oración y una búsqueda perfecta de unión mística con Dios, el Superior Provincial, de acuerdo con la Comunidad local, establece las habitaciones de los Religiosos y los corredores adyacentes como lugares de clausura, en cada casa de la Provincia.³²

El Superior Local cele, con prudencia y moderación, por la observancia de la clausura y por la acogida fraterna y generosa de los visitantes y huéspedes.

7) El Superior Local estudiará la manera de posibilitar a cada Religioso el debido descanso semanal.

Tiempo de descanso anual y viajes al exterior

8) Todos los religiosos tienen derecho a disfrutar de un período de descanso de 4 semanas anuales.³³ El lugar y los gastos son concordantes con el estado y la pobreza religiosa y están de acuerdo con el Superior Local. El Superior Local, en reunión de la Comunidad, planea las vacaciones de cada Religioso, teniendo en cuenta las necesidades pastorales de la casa. Los Misioneros "ad gentes" gozan de sus vacaciones de dos meses cada dos años.

9) Para los religiosos en formación, el Formador, de acuerdo con el Superior Local y con el consentimiento del Superior Provincial, planea el período de un mes de vacaciones de los formandos, teniendo presentes las orientaciones del Plan de Formación de la Provincia.

10) La licencia para viajar o permanecer en el extranjero es dada por el Superior Provincial, por escrito, oído el parecer de su Consejo.

III. DE LA COMUNIDAD DE ORACIÓN

11) El Superior Local, con el consenso del Capítulo Local, establece los tiempos de oración, personal y comunitaria, como conviene a los que profesaron los Consejos Evangélicos de Castidad, Pobreza y Obediencia.

12) El Superior Local, con el consenso del Capítulo Local, incluirá en la programación comunitaria prácticas y símbolos adecuados para hacer Memoria de la Pasión de Nuestro Señor Jesucristo, observando aquello que, según nuestras Constituciones, es propio e idóneo.

13) El Superior Local, con el consentimiento del Capítulo Local, establecerá momentos diarios de oración y meditación con destaque en la contemplación del misterio de la Pasión de Jesucristo y la veneración de la Virgen María.³⁴

14) Cada año todos los religiosos de la Provincia deben participar en los ejercicios espirituales conforme al plan presentado por el Superior Provincial y su Consejo. Los Religiosos que participan en los retiros organizados por las diócesis, u otros institutos, no están dispensados de participar en los Retiros de la Provincia.

Párrafo Único: Los Religiosos enfermos y vulnerables, incapaces de participar presencialmente de los retiros espirituales, serán estimulados y ayudados por el Superior Local a participar, a modo propio, de los ejercicios espirituales, asociando su sufrimiento personal a la Pasión de Jesucristo.

³² Reglamento General (RG.) 15.

³³ RG. 103.

³⁴ Const. 53; RG 23

15) La oración es regla de vida de todo religioso. Para el Pasionista es imperativo la observancia de las formas de oración determinadas por la Iglesia a aquellos que en la Congregación se consagran a Cristo. En el horario de la Comunidad, el Superior Local, con el consentimiento del Capítulo Local, establecerá un tiempo para la celebración, en común, de la liturgia de las Horas, al menos, de los Laudes y las Vísperas.³⁵

16) El Superior Local, con el consenso del Capítulo local, incluirá en la programación semanal la celebración de la Eucaristía como medio de orientar la vida de la Comunidad Pasionista, teniendo en cuenta las características específicas de su Comunidad Local. Debe contemplar las fiestas de la Iglesia, la adoración eucarística de Cristo y su pasión, la debida veneración hacia la Santísima Virgen María así como el ejercicio de la *Lectio Divina*.

17) Los principios enumerados anteriormente no exoneran al Pasionista de realizar la Meditación personal en común.³⁶

18) Toda la vida de oración, orientada por los elementos citados arriba, visan la más perfecta vivencia de la consagración a Dios en la Congregación. Esta requiere que el Superior local, escuchando el Capítulo local, incluya en el proyecto comunitario retiros mensuales, una confraternización mensual, encuentros bienales de formación, reflexión y renovación espiritual para todos los religiosos de la comunidad que, a su vez, deben participar activamente.³⁷

19) El ayuno y la abstinencia forman parte de la vida del Religioso Pasionista. Se observan en todos los viernes (excepto cuando sean festivos y solemnes) y también en los miércoles del tiempo de la cuaresma.³⁸

20) Los Sufragios por los difuntos de la Provincia, además de lo que es prescrito por toda la Congregación, son los siguientes: A) Una Misa concelebrada con la participación de toda la Comunidad; B) Una Misa en cada Comunidad Religiosa por los padres fallecidos de los Religiosos de la Provincia; C) Cada comunidad religiosa debe registrar los fallecimientos en libros propios.

21) La noticia del fallecimiento de un Religioso de la Provincia será comunicada lo antes posible por el Superior local al Superior Provincial y a las demás Comunidades Religiosas, también a los Religiosos que viven fuera de nuestras Comunidades, a los Monasterios de las Monjas Pasionistas y demás Religiosas que están en comunión de sufragios con nosotros. El Secretario Provincial comunicará la noticia al Secretario General enviando también los datos biográficos del difunto. La noticia del fallecimiento de los padres de un religioso es comunicada, a la mayor brevedad, por el Superior local, al Superior Provincial.

IV. DE LA COMUNIDAD DE APOSTOLADO

22) Nuestras comunidades han de cultivar y vivir el espíritu apostólico. Cada Comunidad Pasionista pondrá en práctica los proyectos aprobados en el Capítulo Provincial y estará atenta al espíritu de comunión con la Iglesia local.

23) El Superior Provincial, con el consenso del Consejo Provincial, en diálogo con los Superiores locales y las Comunidades Religiosas, hará todos los esfuerzos, humanos y

³⁵ Const. 46.

³⁶ RG. 24.

³⁷ RG. 25.

³⁸ Const. 59.

materiales, para realizar con eficiencia las actividades apostólicas propias de la Congregación.

Párrafo Único: La asunción de un nuevo compromiso apostólico con una Diócesis se dará mediante el establecimiento de un convenio canónico entre las partes, por iniciativa del Superior Provincial con el consenso de su Consejo. Pero los convenios que se refieren a la asunción de parroquias deben ser sometidos y aprobados por el Superior General con el consenso de su Consejo.³⁹

24) El apostolado de la Provincia se realizará a través de acciones concretas: conferencias, retiros para grupos específicos, misiones populares y ad gentes, acogida en casas de retiro, trabajo social, encuentros con jóvenes y adultos, parroquias y santuarios, formación de líderes, presencia junto a los crucificados.

25) Teniendo presente el espíritu de la Congregación, los documentos emanados por el Magisterio y las necesidades del pueblo de Dios, nuestros destinatarios, tanto la Asamblea Provincial como las Comunidades evaluarán y programarán las actividades apostólicas conservándose fiel al Carisma de la Congregación y en sintonía con los momentos y las circunstancias actuales.

26) Cada Religioso podrá, según las normas de la Autoridad Provincial, celebrar o mandar celebrar misas para sí o para otros, sin recibir espórtulas.⁴⁰

27) El Superior Provincial, con el consentimiento de su Consejo Provincial, es instancia suficiente para determinar cómo armonizar el apostolado personal diferentemente de aquel ejercitado por la Congregación. Cuando sea oportuno, puede también someter al parecer de la Asamblea Provincial. En caso de que surjan dudas o incertidumbres, éstas serán encaminadas para decisión del Gobierno General.

V. DE LA FORMACIÓN PARA LA VIDA PASIONISTA

A) Promoción Vocacional Pasionista

28) El Superior Provincial y su Consejo, observando la Ratio Formationes de la Congregación y el Plan de Formación de la Provincia, constituirá y nombrará un Equipo de Formación que trabajará, de modo subsidiario, con el Gobierno Provincial y en sintonía con la Configuración de Jesús Crucificado .

29) Es deber de todo Religioso Pasionista trabajar para la promoción del Carisma de la Congregación. Lo hará a través: de la oración, del testimonio de vida, de eventos, de celebraciones, de encuentros vocacionales locales; de la elaboración y divulgación de subsidios vocacionales, impresos y virtuales y del apostolado ordinario, según la índole propia de la Congregación.

B) Propedéutico

30) Después del acompañamiento vocacional mínimo de un año, el candidato puede ser admitido por el Superior Provincial, en diálogo con los Religiosos que lo acompañaron, cosechando el parecer del párroco y el dictamen del Equipo de Formación, para la etapa del Propedéutico (o Aspirantado), con el fin de realizar la primera experiencia comunitaria durante al menos un año. Se observan los criterios de admisión: vivencia eclesial, apertura a la dimensión misionera, signos de saludables relaciones interpersonales, capacidad intelectual, satisfactoria salud física y mental, entre otros.

³⁹ Const. 73; RG. 30.

⁴⁰ RG. 16.

Párrafo único: Documentos necesarios para la admisión del candidato al Propedéutico:

- a) Certificado de nacimiento;
- b) Certificado de bautismo y crisma;
- c) Certificado de buena conducta.
- d) Declaración de vida sacramental, emitido por el párroco;
- e) Certificado de salud;
- f) Certificado de estudios realizados;
- g) A los que ya han tenido experiencias en otras congregaciones o diócesis, se pedirá una carta de presentación de su formador anterior o del obispo local.

C) Postulantado

31) La admisión al Postulantado es hecha por el Superior Provincial, con el consenso de su Consejo y en diálogo con el Formador de la etapa anterior y Equipo de Formación y ocurrirá después de un proceso de acompañamiento de al menos un año de propedéutico. El Postulantado tendrá una duración de tres a cuatro años. El último año del Postulantado será considerado como pre-noviado y tendrá una programación específica. En el período del Postulantado, el Candidato se dedica a los estudios académicos, especialmente el curso de Filosofía u otro corresponsal de nivel superior desde que atienda las exigencias de formación para la Vida Religiosa. Se observan los criterios contenidos en el Plan de Formación de la Congregación, de la Configuración CJC y de la Provincia GETH que ayuden a formar un juicio sobre: la vocación, las aptitudes, la índole y la madurez humanas, psíquicas y afectivas, y religiosas del Postulante para continuar el itinerario formativo Pasionista.

D) Noviciado Pasionista

32) El noviciado de la Congregación Pasionista se rige por encima de todo por el Derecho Común. Obedece también, al Derecho Particular de la Congregación y al Plan de Formación de la Configuración de Jesús Crucificado.

33) Para el ingreso del candidato en el Noviciado se requiere que tenga la edad mínima de dieciocho años y vivencia de, como mínimo, dos años de Vida Comunitaria Pasionista. Se requiere para ello: voto consultivo del Capítulo Local de la Comunidad del candidato, voto consultivo del Consejo Provincial, opinión consultiva del Formador del Candidato y del Equipo de Formación de la Provincia y finalmente, la aprobación del Superior Provincial.

E) Votos Temporales y Perpetuos

34) La admisión a la Primera Profesión Religiosa se hará con la aprobación del Superior Provincial, con el consenso de su Consejo, oído el parecer del Capítulo Local de la Comunidad del Noviciado, del Maestro de Novicios, de los formadores de las etapas anteriores y del Equipo de Formadores de la Provincia. El novicio debe hacer su petición de admisión a la primera profesión, por escrito, dirigida al Superior Provincial.

Párrafo único: La primera profesión religiosa será por un (1) año. El religioso de votos temporales, en diálogo con el Superior Provincial, podrá renovar sus votos, como máximo, por otros tres años.⁴¹

35) Tres meses antes del vencimiento de los Votos temporales, el religioso deberá solicitar por escrito al Superior Provincial, la admisión a la Profesión Perpetua o la renovación de los Votos Temporales. Es atribución del Superior Provincial, oído su Consejo, admitir a la renovación de los Votos. Es competencia del mismo Superior

⁴¹ Const. 95.

Provincial, con el consentimiento de su Consejo, admitir a la Profesión Perpetua, oído el parecer del Capítulo Local de la Comunidad del Religioso, de su Formador, de los Formadores de las etapas anteriores y del Equipo de Formadores de la Provincia.⁴²

Párrafo único: La Profesión Perpetua será precedida por una preparación adecuada y de acuerdo con el Plan de Formación de la Configuración.

36) La formación de los religiosos que no aspiran al presbiterado no es diferente de la que se da a los demás candidatos. Aún en lo que se refiere a la formación académica, se recomienda que estos religiosos realicen un curso superior de acuerdo con las aptitudes personales en discernimiento con el Equipo de Formación de la Provincia y el Consejo Provincial.

F) Del Hábito Pasionista

37) El Hábito es un signo de nuestra consagración y lo usaremos sobre todo en el ministerio pastoral.⁴³

38) La vestimenta del Hábito Religioso Pasionista se realizará al final del año de noviciado, el día de la primera profesión.⁴⁴

G) Asunción al Diaconado y Presbiterato

39) Para la admisión a los ministerios eclesiásticos Lectorato y Acolitamento se requiere: aprobación del Superior Provincial, oído su Consejo, el dictamen del Capítulo Local de la Comunidad del Religioso, de su Formador, de los Formadores de las etapas anteriores y del Equipo de Formadores de la Provincia.⁴⁵

40) Para la admisión al Diaconado y Presbiterato se requiere: aprobación del Superior Provincial, con el consenso de su Consejo, oír el parecer del Capítulo Local de la Comunidad del Religioso, de su Formador, de los Formadores de las etapas anteriores y del Equipo de Formadores de la Provincia.

Párrafo único: Los candidatos al presbiterado deben haber cursado, como mínimo, dos años de Filosofía y cuatro años de Teología.⁴⁶

VI. DE LA FORMACIÓN PERMANENTE

41) Fomentar el estudio de lenguas extranjeras desde la Formación Inicial y la especialización en alguna área. Esta última, sin embargo, se realizará después de la Profesión Perpetua, con el consentimiento del Superior Provincial, oído su Consejo, teniendo en cuenta el proyecto general de la Congregación y de la Provincia, los dones y los intereses personales que ayuden en el desempeño de su misión en favor del pueblo de Dios.

42) El Superior Provincial, con su Consejo, cada año, promueve jornadas de estudio para todos los religiosos sobre la Teología de la Cruz, Espiritualidad Pasionista, sobre los signos de los tiempos y acontecimientos de cada lugar y otros temas de interés eclesial y de la Congregación.

⁴² Const. 93.

⁴³ Const. 102.

⁴⁴ RG.48

⁴⁵ Const. 93.

⁴⁶ Can. 250; 1032.

VII. DEL GOBIERNO DE LA PROVINCIA

43) El organismo máximo de autoridad de la Provincia es el Capítulo Provincial, que se reúne cada cuatro años. El Capítulo Provincial será convocado por el Superior Provincial por carta circular enviada seis meses antes a todos los Religiosos de la Provincia. El Superior Provincial concuerda con la fecha del Capítulo Provincial con el Superior General, al menos 2 años antes.⁴⁷

44) El Capítulo Provincial será precedido por un Pre-Capítulo, que deberá realizarse al menos tres meses antes de dicho Capítulo y convocado por el Superior Provincial con ocasión de la carta de convocatoria al Capítulo Provincial.

45) Participan del Pre-Capítulo todos los Religiosos de la Provincia. Con voz activa y pasiva solamente los de Votos Perpetuos.

46) Participan del Capítulo Provincial, con voz pasiva y activa, todos los Religiosos Perpetuos que participaron del Pre-Capítulo. Los religiosos que no puedan participar en el pre-capítulo, pero que deseen participar en el Capítulo, deben pedir por escrito al Superior Provincial y su Consejo la dispensa de participación del Pre-Capítulo para mantener el derecho de participar en el Capítulo. Otros casos especiales serán sometidos a la consideración de la Asamblea Capitular, al inicio de la misma.

47) En las elecciones capitulares para Superior Provincial y Consejeros se requieren dos tercios de los votos hasta el tercer escrutinio y después bastará la mayoría absoluta. Si hasta el quinto escrutinio nadie alcanza la mayoría absoluta, es elegido quien alcanza la mayoría relativa. En caso de igualdad, es elegido el más antiguo de Profesión Religiosa y, si la misma ha sido realizada el mismo día, es elegido el más anciano.

48) La duración del mandato del Superior Provincial es de cuatro años y puede ser reelegido por un igual e inmediato período. "Para ser elegido por la tercera y última vez, se requiere al menos dos tercios de los votos en los tres primeros escrutinios. De lo contrario no podrá ser elegido."⁴⁸

49) Si el Oficio de Superior Provincial se convierte en vacante, impedido o removido, asumirá el Gobierno de la Provincia el Primer Consejero.

50) El Capítulo Provincial elegirá, además del Superior Provincial, también el Consejo Provincial que estará compuesto por 2 (dos) Consejeros.

51) Para la elección de los Consejeros, el Superior Provincial elegido puede o no presentar nombres de Religiosos entre los cuales el Capítulo podrá elegir a los religiosos propuestos u otros. Realizada la elección de los Consejeros, el Capítulo elegirá, entre los dos, quién será el Primer Consultor Provincial.⁴⁹ Para los demás Consultores el orden de precedencia se basa en la fecha de la primera profesión religiosa; en caso de igualdad de profesión, la precedencia se determinará por la fecha de nacimiento.

52) La duración del mandato de los Consejeros es de cuatro años, pudiendo ser reelegidos por un único período subsiguiente.

53) Si durante el mandato, por cualquier motivo, el cargo de Consejero queda vacante, el Superior Provincial convocará una Asamblea extraordinaria para la elección de otro

⁴⁷ Const. 149.

⁴⁸ Const. 151.

⁴⁹ Const. 154.

Consejero. Si está vacante el cargo de Primer Consejero, la Asamblea designará uno de entre los Consejeros. La mayoría es la misma exigida por las elecciones capitulares, conforme a lo que dice el número 47 de estos Reglamentos provinciales.

54) La Provincia se organiza en tres "Regiones" y un "Área": **Región Sur** (Argentina, Uruguay y Sudoeste de Paraná (Brasil), **Región Centro** (Sur de Brasil) y **Región Norte** (Sudeste, Nordeste de Brasil y Mozambique). El **Área** corresponde al SAV (Servicio de Animación Vocacional) y Formación Inicial.

55) Cada Región tendrá un "Animador" establecido por el Superior Provincial, con su Consejo, que será responsable de dinamizar la Vida Pasionista de su Región. El Animador será siempre un Consejero Provincial.

56) El Animador de la Región tendrá la misión de alentar la vida de los Religiosos según lo establecido por el Superior Provincial y su Consejo. Podrá organizar reuniones, retiros y cursos. Facilitará la comunicación a través de diversos medios para cultivar la fraternidad y la comunión. Participará, en la medida de lo posible, de las visitas canónicas.

57) El Superior Local y el Vice Superior local son Religiosos, con Votos Perpetuos, elegidos por el Capítulo Local, por mayoría relativa de votos, cuyo resultado deberá ser comunicado por escrito al Superior Provincial. Los mismos serán confirmados o no por el Superior Provincial y su Consejo.

58) El Superior Local, elegido por el Capítulo Local y confirmado por el Superior Provincial y su Consejo, quedará en la función por cuatro años.

59) El Superior local coordinará las actividades internas y externas de la Comunidad y tiene el deber de estimular y guiar la preservación de la vida de la Comunidad. Él debe dirigir a los religiosos en la solución de los problemas que normalmente surgen de los múltiples y diversos elementos de la vida común.⁵⁰ En caso de ausencia o impedimento, el sustituto, por derecho, es el Vice-Superior local.

60) La elección del delegado (s) y su (s) sustituto (s) para el Capítulo General tendrá lugar en la Asamblea Provincial del año anterior a la celebración del referido Capítulo General.

61) Las Visitas Canónicas deben ser llevadas a cabo por el Superior Provincial o alguien delegado por él y debe abarcar toda la vida de la Comunidad y sus servicios, estableciendo un encuentro significativo (celebrativo, formativo, de intercambio, etc.) con los líderes laicos.⁵¹

62) La Asamblea Provincial, convocada tres meses antes por medio de una carta convocatoria a todos los religiosos, tiene como objetivo evaluar y planificar las actividades que afectan la vida y la misión de la Provincia. Se reúne, ordinariamente cada año y extraordinariamente cuando es convocada por el Superior Provincial, por propia iniciativa, o por la petición de al menos dos tercios de los Religiosos de la Provincia. Se puede hacer en grupos más pequeños o en diferentes áreas geográficas. Todos están llamados a participar.

⁵⁰ RG. 8.

⁵¹ Const. 152.

63) El Capítulo local se reúne siempre que sea necesario, de acuerdo con el derecho común y particular, y de él participan todos los Religiosos de la Comunidad, pero sólo los de Votos Perpetuos tienen derecho a voto.

64) El Capítulo Local es una reunión con la participación, con derecho de voto, de todos los Religiosos de Profesión Perpetua de la Comunidad. Los Religiosos de Votos Temporales pueden participar sin derecho de voto. Los novicios, con el consenso del Superior y del Formador, pueden participar en el Capítulo local, pero sin derecho a voto.

65) El Capítulo Local no tiene poder colegial.⁵² Es convocado y presidido por el Superior Local o, en su ausencia, por el Vice Superior Local y dará el voto deliberativo o consultivo en los casos previstos por el derecho común o particular.

66) El Superior Local convoque, en tiempo, el Capítulo Local y dé, con antelación, a los Religiosos la pauta para bien prepararse sobre los asuntos.

67) Para la validez del Capítulo Local, se requiere la presencia de la mitad más uno de los que tienen derecho a participar.

68) El Capítulo Local está llamado a dar su consentimiento al Superior Local sobre todo lo que implica la vida de la Comunidad: horario comunitario, celebración comunitaria, de la eucaristía y de la liturgia de las horas, proyecto comunitario, frecuencia y métodos para la celebración de reuniones comunitarias, revisión de vida, retiros mensuales, encuentros culturales y similares, actividades pastorales.⁵³

69) El Capítulo Local debe dar su consenso: en la aprobación del informe a ser presentado a la Asamblea Provincial y en los casos previstos por los Reglamentos Generales, en los números 23 y 106.

70) El Capítulo Local dará su opinión, con votación secreta, para la admisión de los candidatos a la Profesión Religiosa y las Órdenes Sagradas. Los formandos no participan en este Capítulo.⁵⁴

VIII. DE LA ADMINISTRACIÓN DE LA PROVINCIA

71) La solidaridad entre todos es parte de nuestra vida. Si se considera que los bienes de la Provincia y de las Comunidades que la forman son propiedades de la Congregación, es entonces responsabilidad de todos colaborar con el trabajo y cuidado de los bienes para que sean administrados correctamente. Corresponde a cada Comunidad ver la forma concreta de solidaridad con los más pobres a ejemplo de nuestro Fundador.⁵⁵

72) Los religiosos buscarán vivir de su trabajo. Cada comunidad buscará la forma de su administración económica, dando testimonio de pobreza, sintiéndose exigida en su administración económica y consiguiendo aprovechar eficientemente los recursos materiales y económicos. Habiendo Religiosos que desempeñen trabajos remunerados, como también ministerios y donaciones, salvaguarden la comunión de bienes y el correcto caminar de la Comunidad.

⁵² Const. 109; 167.

⁵³ RG. 23; 106.

⁵⁴ RG. 51.

⁵⁵ RG. 14; Const. 13.

73) Los bienes provenientes por herencia de los padres o parientes se consideran propiedad personal. A ellos no renunciaremos antes de los 50 años y después de 15 años de Profesión Perpetua, con previa opinión del Superior Provincial.⁵⁶

74) Los religiosos de la Provincia serán inscritos en la Previsión Social de sus respectivos países y el pago de las cuotas ordinarias de esas inscripciones será efectuado por el Economato Provincial mediante la recogida de las contribuciones de las Comunidades Locales. Según la decisión del Segundo Capítulo de la Provincia de Getsemaní (octubre/2021), los religiosos deben pasar sus fondos de jubilación al Economato provincial.

DE LA PROVINCIA Y SUS UNIDADES

75) Constituyen entes contemporáneamente canónicos y jurídicos de la Provincia:

Para Argentina: "Asociación de Padres Pasionistas"

Para Uruguay "Comunidad de Padres Pasionistas de Uruguay"

Para Brasil, "Congregación de la Pasión de Jesucristo - Provincia del Calvario".

76) El registro centralizado de la contabilidad se hará de manera sintética para cumplir con los requisitos legales. Las Comunidades mantendrán el registro de la contabilidad de forma analítica en libros propios para cumplir con las exigencias de las autoridades locales.

77) En el Capítulo Provincial y en la Asamblea Provincial, el Ecónomo Provincial y los Ecónomos de las Comunidades informarán, por medios adecuados, el estado económico de la Provincia y de las propias Comunidades respectivamente.

78) El Capítulo Provincial y/o Asamblea Provincial deberán establecer valores para la compra y venta de bienes de acuerdo con las leyes de cada país, conforme a las normas del derecho común y particular.

79) Ningún Religioso podrá modificar, vender, cambiar o reformar nuestras iglesias y nuestras casas sin autorización del Superior Local y del Superior Provincial y su Consejo, escuchando el dictamen consultivo del Equipo de Asesoramiento de Economía y Administración de la Provincia. Cuando se trata de Iglesias Parroquiales unidas a nuestras Casas o Residencias se deberá consultar también el organismo de patrimonio artístico de la Arquidiócesis o Diócesis.

X. DEL OFICIO DEL ECONOMO PROVINCIAL Y LOCAL

80) La elección y nombramiento del Religioso Pasionista para el oficio de Ecónomo Provincial es competencia del Superior Provincial, con el consenso de su Consejo. El Ecónomo local es nombrado por el Superior Provincial, con el consenso de su Consejo, oído el Superior de la Comunidad.

81) El Religioso, aun administrando los bienes de la Congregación, no adquiere el derecho sobre los bienes de la misma. No puede registrar en nombre personal lo que pertenece a la Congregación: bienes patrimoniales, cuentas bancarias o hacer inversiones.

82) Es responsabilidad del Ecónomo Provincial:

a) Administración directa de los bienes de la Provincia;

b) Elaborar el presupuesto anual de la Provincia y presentarlo a la Asamblea Provincial para su aprobación;

c) Preparar el informe financiero de la Provincia;

d) Actualizar, cada cuatro años, el inventario de los títulos de propiedad, objetos preciosos y todos los bienes de la Provincia;

⁵⁶ Const. 15.

- e) Presentar la contabilidad a la Asamblea y, en particular, al Capítulo Provincial;
- f) Enviar anualmente informe financiero / económico a la Curia General;

83) Es responsabilidad del Ecónomo local:

- a) Elaborar una previsión presupuestaria anual de la Comunidad y presentarla al Consejo Provincial para su aprobación;
- b) Preparar el informe económico de la Comunidad y presentarlo para la aprobación del Superior local;
- c) Actualizar cada cuatro años el inventario de los títulos de propiedad, objetos preciosos y todos los bienes de la Comunidad;
- d) Presentar la contabilidad a la Comunidad local en reuniones de la misma.

XI. DEL FONDO PROVINCIAL Y DEL FONDO DE SALUD

84) El Fondo Provincial y el Fondo de Salud son formados por las contribuciones de las Comunidades Religiosas, por el alquiler de inmuebles y rentas de Colegios, y sirven para ayudar en los gastos ordinarios del Economato Provincial y en los gastos ordinarios de la Provincia y de las Comunidades. La cantidad a ser depositada mensualmente en el Fondo Provincial y en el Fondo de Salud por las Comunidades Religiosas es determinada cada año por el Superior Provincial, después de oír su Consejo.

85) El Fondo Provincial mantendrá los gastos de las Casas de Vacaciones, construidas para uso exclusivo de los religiosos.

XII. OFICIO DE SECRETARIO PROVINCIAL

86) La elección y nombramiento del Religioso Pasionista para el oficio de Secretario Provincial es de la estricta competencia del Superior Provincial que podrá, *ad discenimentum suo*, consultar previamente a su Consejo.

87) Es competencia del Secretario Provincial, en nombre del Superior Provincial, a quien está subordinado, mantener actualizados:

- a) Anuario actualizado de todos los miembros de la Provincia, Profesos Perpetuos y Temporales.
- b) Catalogar las funciones desempeñadas por cada Religioso.
- c) Mantener actualizado el Registro de los convenios celebrados entre la Congregación / Provincia y las Diócesis.
- d) Publicar para todos los Religiosos de la Provincia los actos del Gobierno Provincial y del Gobierno General.
- e) Mantener operante la comunicación interna de la Provincia con el fin de informar sobre su vida y sus trabajos, utilizando medios idóneos para la comunicación en la Iglesia.

XIII. DEL OFICIO DE ASESOR CANÓNICO

88) Para casos específicos, el Superior Provincial, con el consentimiento de su Consejo, podrá nombrar un Asesor Canónico, que tendrá, por oficio, auxiliar al Gobierno Provincial en la toma de decisiones y encaminamientos relativos a la Provincia.